

**Intervenção do Governador do Banco de Cabo Verde na Abertura da
Audição pela Comissão
Especializada Permanente de Finanças e Orçamento da Assembleia
Nacional**

17 de Maio de 2007

1. Antes de mais gostaria de realçar que muito me apraz a realização desta audição, que se enquadra nas boas práticas hoje cultivadas de prestação de contas à sociedade, por parte de instituições públicas que, como o Banco de Cabo Verde, gozam de autonomia, mas, por isso mesmo, devem pautar toda a sua actuação por princípios de transparência e credibilidade.
2. Sobre a actividade económica nacional, de referir que evoluiu positivamente nos últimos seis meses, a atestar pelos diferentes indicadores quantitativos de conjuntura que medem a evolução das principais componentes da despesa. Este facto é corroborado pelo sentimento dos agentes económicos dos principais sectores de actividade económica, medido pelo indicador de clima económico, que tem apresentado uma evolução sempre crescente. Registou-se, no entanto, um ligeiro abrandamento neste 1º trimestre do ano.
3. Uma assinalável procura externa, a que não é certamente estranha a estabilidade económica que se vive no país, tem contribuído para um volume crescente de investimento directo estrangeiro e um crescimento expressivo das exportações líquidas de serviços (particularmente dos serviços ligados a viagens por motivo de turismo e aos transportes aéreos). Disso resultou um bom desempenho da balança de pagamentos e um reforço significativo das reservas internacionais do país que, em Março, ultrapassaram os 200 milhões de euros.

4. No que diz respeito à inflação, mantém – se a tendência altista dos preços, com a variação média a atingir em Abril 5,3 %. Este comportamento da taxa de inflação continua a ser determinado pelas alterações dos preços e tarifas administrados, mas também pela evolução de preços de determinados produtos da componente bens, em especial os “alimentares transformados” e os “industriais”. Quanto à componente serviços, regista-se um decréscimo dos preços, designadamente das passagens áreas internacionais, das tarifas de comunicação telefónica internacional e das tarifas de transporte público.
5. A situação monetária, nos seis meses terminados em Março de 2007, foi determinada pela evolução positiva da posição externa da economia cabo-verdiana, traduzida na acumulação de reservas externas do banco central, o que, num regime cambial de paridade fixa, acaba por determinar a expansão da massa monetária.
6. Num quadro de defesa do regime cambial de paridade fixa, e tendo como fim último a manutenção da estabilidade de preços, a condução da política monetária por parte do Banco Central pautou-se pelo recurso aos instrumentos que possui, no sentido de uma gestão eficaz da liquidez existente no sistema bancário, tendo em conta as pressões altistas dos preços na economia. Deste modo, o Banco de Cabo Verde tem recorrido, nomeadamente, à emissão activa de Títulos de Intervenção Monetária, destinados à absorção de uma parte do excesso de liquidez existente no sistema bancário.
7. No que tange aos principais agregados monetários destaca-se ainda um comportamento estável do Crédito Interno Líquido, explicado, por um lado, pela evolução do Crédito Líquido ao Sector Público, que vem diminuindo, e, por outro, pela retoma da actividade creditícia junto do sistema bancário nacional.

8. Para 2007, as projecções do BCV para o ritmo de actividade económica, tendo em conta as informações recentes, apontam para um crescimento do produto no intervalo de 6 -7 %. Esta projecção do BCV espelha as perspectivas de aumento do consumo e de expansão do investimento, sobretudo, o investimento directo estrangeiro direccionado para o sector do turismo, mas também do investimento público em infra-estruturas.
9. Para a inflação, a projecção do BCV aponta para uma desaceleração dos preços, situando a taxa média anual no intervalo de 2.5 a 3.5%. Esta projecção contempla a tendência descendente do IPC que, em Abril, atingiu os 3.5% em termos de variação homóloga, mas leva em conta o risco de actualização dos preços dos bens administrados e efeitos decorrentes de eventual mau ano agrícola sobre os bens não transformados, componente mais volátil do IPC.
10. No campo monetário, no futuro próximo, a orientação da política continuará a ser a monitorização da evolução das reservas externas e a gestão do diferencial entre as taxas de juro da zona euro, em particular as do Euribor, e as taxas das operações de intervenção do BCV, num contexto de subida das taxas nos mercados internacionais.
11. O Sistema Financeiro, enquanto pilar fundamental do tecido económico-financeiro nacional, continuará a merecer toda a atenção, com vista a se fortalecer a sua estrutura de funcionamento e garantir a sua estabilidade. Assim, o BCV continuará a desenvolver iniciativas orientadas para a criação de condições de regulação e supervisão institucional, em particular do mercado de valores mobiliários em emergência e das Instituições Financeiras Internacionais, de acordo com as melhores práticas internacionais. A evolução recente das instituições IFIs em Cabo Verde recomenda que sejam criados mecanismos que protejam o sistema contra potencial utilização de instituições nacionais em práticas financeiras ilegais

que possam contribuir para denegrir a reputação da jurisdição cabo-verdiana e assim pôr em causa a sua integração no sistema financeiro internacional.

12. A prazo, a aceleração do ritmo de crescimento da economia coloca à sociedade cabo-verdiana desafios de monta. Num primeiro momento, podemos aumentar grandemente o impacto positivo do turismo, em termos de empregos e de criação de riqueza, através da diversificação e melhoria da nossa oferta de bens e serviços ao número crescente de turistas que afluem ao nosso país. Num segundo momento, e com vista a reduzir a vulnerabilidade da economia e garantir a sustentabilidade do crescimento, devemos ter como objectivo a criação de condições para a prestação de serviços noutras áreas.
13. Além da melhoria das infra-estruturas e da modernização do quadro legal e institucional, a realização destes objectivos requer ainda um esforço amplo e orientado de formação dos recursos humanos. Num regime económico assente na paridade fixa com o euro, essa é a única via para a garantia da competitividade necessária à inserção com sucesso na economia internacional.
14. Deve ser prosseguido o esforço de consolidação das finanças públicas, condição indispensável da estabilidade macro-económica. Não podem ser ignorados os riscos decorrentes do rápido crescimento das despesas com o funcionamento do Estado, tanto a nível central como local, das responsabilidades com os sistemas de pensões ou da gestão das empresas públicas.
15. Para terminar, gostaria de referir, entre os desafios que se nos colocam, o próprio desenvolvimento do sistema financeiro. Para poder crescer mais depressa, a economia requer mais intermediação financeira, com novas instituições e serviços financeiros mais sofisticados e adequados às

necessidades. Ademais, a prestação de serviços financeiros a não residentes constitui uma via a prosseguir na procura da diversificação da economia.